

A PROSTITUIÇÃO E SUA CONSTRUÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

Roberta Moura Cavalcanti ¹
Paula Korey da Silva ²
Natanael Duarte de Azevedo ³

RESUMO

O presente artigo apresenta como proposta analisar o percurso histórico da prostituição porque entendemos que o moralismo que cerca essa profissão ainda não permite entendê-la e analisá-la enquanto ofício legítimo. Partiremos da Grécia e Roma, passaremos pela Idade Média na Europa, chegando à atualidade e a consolidação da profissão de prostituta até como a entendemos hoje, tomando como referencial teórico Silvia Federici (2017), Rebecca Solnit (2016), Gabriela Silva (2018) e F. Ferraz Macedo (1873). Utilizaremos como metodologia a qualitativa, famosa nas Ciências Sociais, partindo da escolha do referencial teórico, em seguida leitura e fichamento e, por fim, a escrita do artigo. Após o caminhar do percurso histórico, analisaremos como a prostituição se encontra hoje no Brasil e a luta por coletivos feministas de trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte, pela regulamentação da profissão, para garantia de direitos trabalhistas.

Palavras-chave: Prostituição, Feminismo, Trabalhadoras Sexuais.

INTRODUÇÃO

A prostituição, popularmente conhecida como a profissão mais antiga do mundo, ainda é um tabu grande a ser debatido e discutido na nossa sociedade. Se, para grupos feministas, ela é considerada uma espécie de escravização, para outros, como as prostitutas que debatem feminismo e prostituição, ela é considerada uma opção de trabalho que não apenas permite um sustento, como deve ser regulamentada enquanto profissão.

É exatamente por ser um tabu, muito ainda cercada de um moralismo, que a prostituição precisa e deve ser discutida e debatida, não só nos movimentos feministas, mas sobretudo pela academia e essa é a justificativa central desse artigo. Ampliar o

¹ Mestranda do **Programa de Estudos da Linguagem (PROGEL)** da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, amarela.cavalcanti@gmail.com;

² Mestranda do **Programa de Estudos da Linguagem (PROGEL)** da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, paula.korey@gmail.com;

³ Doutor em Letras pela UFPB e professor permanente do PROGEL pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, natanael.azevedo@ufrpe.com.

debate, somar voz às trabalhadoras sexuais (termo cunhado a partir da criação da CUTS – Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais) para que sejam ouvidas e que possamos entender a realidade dessas pessoas a partir de suas vivências e experiências.

Sendo assim, tomamos como objetivo geral traçar o caminhar que a prostituição percorreu ao longo dos tempos, sempre cercado de altos e baixos. Já foi considerada cura para homossexuais e, portanto, validada pelo Estado e pela Igreja, considerada um mal necessário, já foi banida e punida, já foi capaz de taxar mulheres como prostitutas apenas por caminharem sozinhas em determinados locais e em determinadas horas da noite.

Para tal, usaremos como principal referencial teórico Silvia Federici e seu *Calibã e a bruxa* (2017), para entendermos como a relação da prostituição se dá a partir da sexualização do corpo feminino, Rebecca Solnit e seu *A história do caminhar* (2016), para compreendemos como a relação do corpo feminino e do caminhar foi, num determinado período histórico, associado à prostituição. Recorreremos também ao polêmico médico F. Ferraz Macedo em seu livro “Da prostituição em geral, e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis” (1873), importante para a relação dessa profissão na antiguidade clássica e Gabriela Natália Silva e seu artigo “As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault” (2018) que faz um apanhado histórico dessa profissão.

METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada para a construção desse artigo é qualitativa que, embora tenha sua base fundamentada nas Ciências Sociais, pode ser aplicada em outros campos de análise, como afirma Godoy (1995, p. 23) “Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

Minayo (2009) elenca 03 formas de tratamento dos dados qualitativos: a descrição, onde os dados são apresentados da maneira mais fiel possível; a análise, etapa onde os dados serão desmembrados, sempre numa busca por relacionar esses desmembramentos; e, por fim, a interpretação, a busca de sentidos que tem como finalidade uma explicação. Sendo assim, a pesquisa qualitativa trabalha com os

significados, apresentando como foco central a interpretação, que permite um entendimento e uma compreensão além do que está descrito e analisado, ou seja, ela é o ponto de partida e o de chegada da investigadora.

Sendo assim, relizaremos essa pesquisa tomando por base três etapas: seleção de referencial teórico a ser trabalhado, leitura e fichamento dos textos e escrita do artigo. Tomaremos como ponto inicial a relação do corpo feminino, do caminhar e da sua associação à prostituição. Em seguida, analisaremos a construção da sexualidade feminina, relacionada à prática da prostituição, e sua condeação pela Igreja e Estado. Por fim, analisaremos como a prostituição se encontra hoje e como está pautado o debate, sobretudo da regulamentação da profissão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para iniciar a construção dessa profissão, trazemos o conceito de uma palavra não tão popular, ambulatriz. De acordo com o dicionário Michaelis, ambulatriz significa “Prostituta da Roma antiga que, para atrair os homens, se exibia nas ruas”⁴. A conceituação desse termo, sinônimo para prostituta, está diretamente ligado ao espaço público, às ruas, local ainda muito relacionado com as profissionais do sexo, sejam mulheres cisgêneras ou transgêneras e travestis⁵.

Rebecca Solnitt (2016), ao discorrer sobre a história do caminhar e relacioná-la ao gênero, relata que o ato de caminhar, na Inglaterra de 1870, fazia parte do ritual de cortejar, ou seja, as mulheres caminhavam ao lado dos seus pretendentes, como um rito de receber a corte daquele homem que poderia vir a desposá-la:

Caminhar já era uma parte do ritual de corte havia muito tempo. Era gratuito. Dava aos enamorados um espaço semiparticular no qual cortejar, fosse um parque, numa *plaza*, num bulevar, ou num caminho pouco frequentado. (...) E na Grã-Bretanha a expressão equivalente a “sair para caminhar juntos”, *walking out together*, por vezes significava algo explicitamente sexual, mas em geral indicava que uma relação continuada fora estabelecida, semelhante à expressão norte-americana *going steady*, ou namorar firme (SOLNITT, 2016, p.385).

⁴ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ambulatriz/>. Acesso em 12 ago 2020;

⁵ Entende-se por pessoas cisgêneras aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Por pessoas transgêneras, aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado. E como travestis aquelas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homem ou mulher.

Essa relação do corpo feminino com o caminhar é extremamente relevante para entender como a prostituição foi construída ao longo do tempo. A mulher que fosse vista caminhando sozinha na rua, em determinados locais e em determinadas horas sofria sanções que iam além de ficar mal falada e não conseguir um marido, ela era presa sob acusação de prostituição e, para poder provar sua inocência, tinha que se submeter a um exame médico agressivo, nomeado “estupro clínico”, que, em alguns casos, comprovava a virgindade, mediante toque violento. Naquele momento, a mulher era agredida fisicamente e “perdia a virgindade” em pleno ato de comprovação que ainda era virgem e que, portanto, estava livre da acusação de prostituição por andar sozinha à noite (SOLNIT, 2016).

A locomoção das mulheres era muito restrita, uma vez que as que ousavam sair às ruas, ao espaço público, sozinhas, eram taxadas de prostitutas e tinham não apenas seus corpos, mas também seu caminhar interpretado de forma sexualizada. Outro ponto importante dessa limitação de ocupar determinados espaços era o medo de serem assediadas sexualmente ou estupradas, tendo em vista que, por serem identificadas como prostitutas, seus corpos tornavam-se públicos, o que permitia que fossem violentadas por acessar esses locais. O simples ato de caminhar por parte das mulheres era considerado uma espécie de performance, entendida como um desejo da mulher de ser vista, admirada e desejada pelos homens.

Ainda sobre esse período na Grã-Bretanha, Solnit (2016) afirma haver vigente a Lei de Doenças Contagiosas, que dava poder à polícia de prender qualquer mulher que estivesse caminhando sozinha e em local suspeito. A lei foi aprovada em 1860 com a finalidade de diminuir a propagação das chamadas doenças venéreas, sobretudo do exército, mas penalizava apenas as prostitutas, deixando os homens livres para seguirem contaminando outras mulheres, incluindo suas esposas. Na Alemanha do século XIX havia uma chamada delegacia de costumes era responsável pela perseguição àquelas mulheres que saíam sozinhas à noite. Inclusive, esse tipo de legislação e de tática policial, foi repetido ao longo dos tempos, como aconteceu com a epidemia da HIV/Aids, utilizada como justificativa para prisão de travestis no Rio de Janeiro e São Paulo, na década de 1980.

O efeito que leis como essa, que restringem a ocupação dos espaços públicos pelos corpos femininos, causam é refletida não apenas na sociedade daquela época, mas em

gerações futuras e na consolidação de locais que podem ou não serem ocupados por mulheres. A mulher que ousava sair sozinha à rua era taxada de prostituta e, com isso, as mulheres tendiam a ficarem reclusas em suas casas, passando para o domínio do privado as mulheres consideradas “respeitadas”, as esposas, e no domínio público as prostitutas, independente se eram ou não trabalhadoras sexuais. Nesse contexto, a construção de um estereótipo de uma mulher respeitada e pública não existe, tornando o espaço público dos homens, são eles que estão, em imensa maioria, na política, na administração pública, nos espaços de poder e de tomada de decisão da sociedade e as mulheres ficam reservadas ao âmbito privado, de dentro da casa.

A partir do momento que a sexualidade feminina passa a ser uma questão pública, surgem duas categorias de mulheres, as de casa, reclusas, preço que pagavam para serem respeitadas socialmente, e as da rua, cujos corpos eram, e ainda continuam sendo considerados públicos. O controle da sexualidade feminina é justificado como meio de garantir a paternidade em famílias que são patrilineares:

A teoria mais comum para explicar esse controle sobre as mulheres seria que nas culturas onde a descendência patrilinear é importante em questões de herança e identidade, controlar a sexualidade feminina tem sido a maneira de garantir a paternidade” (SOLNIT, 2016, p.391).

O fato de existir duas categorias de mulheres, as de casa e as públicas, não implica dizer que havia uma unidade. É importante entender que as consideradas públicas não eram homogêneas, muito pelo contrário. Nesse grupo haviam prostitutas, mas haviam também mulheres jovens e pobres que precisavam sair sozinhas as ruas, sejam quais fossem as razões, poderiam ser presas e muitas, inclusive, só poderiam ficar livres se se declarassem como prostitutas. Uma vez taxada como tal, a prostituição acabava por ser o único caminho que lhes restava, como era o caso da França do século XIX:

As meninas e mulheres solteiras que eram presas, em geral jovens e pobres, raramente eram consideradas inocentes; muitas eram encarceradas atrás dos muros da prisão de Saint Lazare, onde viviam em circunstâncias terríveis, sofriam com o frio, a desnutrição, a falta de higiene, o excesso de trabalho, proibidas de falar. Eram liberadas quando concordassem em se registrar como prostitutas, ao passo que as mulheres que fugiam dos bordéis autorizados tinham a opção de retornar ao prostíbulo ou parar em Saint Lazare – e, portanto, as mulheres eram obrigadas a entrar na prostituição, e não sair dela (SOLNIT, 2016, p. 395).

Ao discorrer sobre como as mulheres lidavam com seus corpos, durante o final do século XV, Federici (2017) relata que as mulheres hereges tinham um controle importante da sua sexualidade e, conseqüentemente, da natalidade e isso fez com que a igreja

transformasse esse poder sexual em desejo e as expulsasse dos ritos religiosos, o que acarretou em um novo sentido da sexualidade, agora como algo pecaminoso, que deveria ser ceifado e dito em confissão ao padre. Um ponto interessante também trazido pela autora é o fato de que, após a grande crise demográfica, em decorrência das mortes causadas pela peste negra, o controle da natalidade exercido pelas mulheres passou a ser considerado crime reprodutivo, assim como a sodomia, o aborto e o infanticídio, uma vez que elas precisavam procriar para repovoar a sociedade, sobretudo a classe trabalhadora, tão devastada por conta da pandemia. É nesse momento também que a igreja passa a condenar, pela primeira vez, os homossexuais e o chamado sexo não procriador.

Um ponto extremamente relevante na construção desse local onde se encontram as prostitutas é analisar a política de classes. Como a classe trabalhadora foi a que mais foi atingida com a peste negra, políticas foram instituídas para cooptar os jovens trabalhadores que eram rebeldes e, uma delas, foi garantindo acesso ao sexo gratuito, o que acarretou em uma espécie de legalidade do estupro. Essas mulheres que eram estupradas, a sua grande maioria proletárias, precisavam sair da cidade, uma vez que ficavam difamadas, ou acabavam se dirigindo à prostituição, o caminho que sobrava. Esse contexto é importante para entender que o ódio e a hostilidade, antes destinados à classe, passou a ser, a partir desse momento, destinado às mulheres, surgindo uma espécie de misoginia.

A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para o caça às bruxas que começaria nesse mesmo período (FEDERICI, 2017, p.104).

Durante a Idade Média o caminho que as mulheres traçaram, ou que foram obrigadas a traçarem, foi de muitos altos e baixos, incluindo as prostitutas. Na Itália entre 135 a 1450, a prostituição foi institucionalizada e gerida pelo Estado. As prostitutas eram livres, podiam abordar os clientes livremente nas ruas e não eram obrigadas mais a terem um código de conduta de vestimenta que as diferenciavam das “mulheres de respeito”, as esposas. Os bordéis, espaços provados onde a prostituição ocorria, possuíam o aval não apenas o estado, mas também da igreja, que considerava esses estabelecimentos locais que auxiliavam a repressão às práticas hereges e, também, remédio contra a homossexualidade.

Um ponto relevante ao analisar a construção da prostituição é sua relação direta com a luta de classes e a divisão de trabalho de acordo com o gênero. No final do século XIV, as mulheres recebiam cerca de $\frac{1}{2}$ menos que os homens e, em meados do século XVI, esse número caiu para $\frac{1}{3}$. Isso gerou um crescente número de mulheres que tiveram que recorrer à prostituição para que pudessem sobreviver. Essa perda de poder das mulheres, em relação ao trabalho assalariado, resultou numa massiva leva de prostitutas. Não foram as mulheres das classes mais abastadas que tiveram que se prostituir e sim as da classe trabalhadora, como forma de sobrevivência (FEDERICI, 2017).

O aumento massivo de prostitutas e o clima de misoginia muito forte foi utilizada como justificativa, dentre outros aspectos, para a Reforma Protestante. Os bordéis foram fechados, a prostituição criminalizada, as mulheres podiam ser atacadas ou ridicularizadas nas ruas se fossem vistas desacompanhadas e, em meados do século XVI, na França, o estupro de prostituta deixou de ser crime:

Num clima de intensa misoginia, caracterizada pelo avanço da Reforma Protestante e pela caça às bruxas, a prostituição foi inicialmente sujeita a novas restrições e, depois, criminalizada. Por todas as partes, entre 1530 a 1560, os bordéis urbanos foram fechados e as prostitutas, especialmente aquelas que trabalhavam na rua severamente punidas: banimento, flagelação e outras formas cruéis de reprimenda (FEDERICI, 2017, p.187).

Nesse momento histórico, outro personagem foi fortemente consolidado, a dona de casa. Já restrita ao domínio do privado, do lar, a esposa dona de casa teve sua solidificação ligada à proibição da prostituição e à expulsão das mulheres do espaço de trabalho remunerado. A dona de casa é figura fundamental também para um outro personagem importante nesse contexto, a família nuclear burguesa, onde o homem, marido, representa a esfera pública, o Estado, e é o supervisor das classes subordinadas, esposa e filhos (FEDERICI, 2017).

O médico Ferraz Macedo (1873), foi um grande estudioso da prostituição, mas que traz em seus escritos pontos de vista moralistas e polêmicos. Embora seu livro seja bastante polêmico por defender que a prostituição era fruto da ociosidade, falta de educação, temperamento erótico das mulheres, dentre outros pontos de vista que corroboram muito com o local ainda de marginalização que a nossa sociedade enxerga as prostitutas, faz um importante percurso dessa profissão ao longo da história, retratando, por exemplo, que na Grécia Antiga, as mulheres eram divididas em três grandes grupos:

as concubinas, que eram escravas sexuais; as esposas, cuja realização do sexo era um dever; e as cortezãs, aquelas a quem os homens procuravam por prazer. Macedo ainda afirma que as prostitutas se dividiam em duas classes distintas, as familiares e as filósofas, essas últimas tendo sido imortalizadas na arte:

Duas classes distintas ocupavam as prostitutas gregas – as familiares, as philosophas –: os eruditos que as frequentavam e o próprio estudo dellas as immortalizou; animaram as artes, a sciencia; deram prole illustre; moralisaram e deixaram escriptos preciosos Leontium, Aspasia, Nicareta, Philenes, etc (MACEDO, 1873, p.44).

Visões como a de Macedo, que apesar de realizar uma pesquisa histórica sobre a origem e formação dessa profissão, corroboram e contribuem para o local em que as trabalhadoras sexuais estão na nossa sociedade. Muito se deve ao período histórico em que ele pesquisou e escreveu, século XIX, mas também porque a construção desse local destinado às prostitutas é e foi escrito por homens, tomando como ponto de partida a visão masculina, dos homens que desfrutaram dos serviços dessas mulheres, mas que, ao mesmo tempo, às empurram para a marginalidade e a subalternidade (SILVA, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A forma como a sexualidade feminina foi consolidada ao longo da história é marcada por períodos de perda de poderes e associação à criação de um ideal feminino ainda muito religioso e, nesse contexto, duas personagens são bem importantes para entender a construção dessa mulher. A primeira é Eva, que, segundo as narrativas bíblicas popularmente conhecidas, cedeu ao pecado no momento em que experimentou o fruto proibido, colocando na mulher a responsabilidade pela instalação do pecado na terra. A segunda é Maria, a virgem, mãe de Cristo que carrega em seu ventre o messias, concebido sem pecado. Maria não precisou ter relação sexual para engravidar, o que a torna o “ideal” feminino nas sociedades cristãs (SILVA, 2018).

Esses dois estereótipos de mulher são representações daquelas duas categorias que tanto Federici (2017) quanto Solnit (2016) falam, a dona de casa, a mulher do âmbito privado, e a prostituta, a mulher do âmbito público. Maria representa o ideal da mulher do lar, da esposa, da dona de casa mãe, responsável pela criação dos filhos, pelo cuidado da casa e do marido, figura que representa os ideais de moralidade. Já Eva, portadora da

libido demoníaca, pode ser associada às prostitutas, as mulheres que vivem do sexo, que fazem do seu corpo instrumento do pecado para os homens. E, nesse ponto, a família exerce um papel importante e crucial, ela se firma como o espaço onde a mulher pode exercer a sexualidade de forma sadia (SILVA, 2018).

Na atualidade há um embate quando se fala em regulamentação das trabalhadoras sexuais. Por esse caminho que a profissão percorreu, desde parte integrante da estrutura social, a mal necessário e flagelo social gerador de problemas, a prostituição foi construída como um local que oprime as mulheres. Alguns grupos feministas radicais defendem que a prostituição é um estupro pago, que naquele espaço as mulheres têm seus corpos objetificados, servindo apenas ao desejo dos homens. Mas grupos como o COYOTE (Call Off Your Old Tires Ethics), fundado, em 1973, por Margo James, tinham como objetivo contestar a afirmação das feministas radicais de que toda prostituição é forçada. O movimento de trabalhadoras sexuais defende a prostituição enquanto escolha, direito de vivência e autonomia de sua sexualidade. Elas trabalham para que esse local de marginalização das prostitutas seja desconstruído e que esse ofício, considerado o mais antigo do mundo, seja vista como uma opção de trabalho de forma digna, com direitos e deveres e não como uma forma de opressão e de objetificação dos corpos femininos (SILVA, 2018).

No Brasil, um nome forte na regulamentação das trabalhadoras sexuais é Gabriela Leite. Gabriela foi uma prostituta da região de São Paulo, militante dos Direitos Humanos, que lutou pelo direito das profissionais que trabalham com prostituição, desde 1970, e fundou a marca Daspu, grife de roupas para prostitutas, cujo nome fazia analogia à grife de luxo Daslu. O então deputado na época Jean Willys (PSOL/RJ), no Projeto de Lei Ordinária 4.2011/2012, popularmente conhecida como “Lei Gabriela Leite”, apresentado à Câmara de Deputados em 12 de julho de 2012, pretendia discutir e regulamentar legalmente a profissão. A proposta gerou fortes discussões, movimentando os setores mais conservadores da sociedade e grande mídia, e acabou sendo arquivado (VIEIRA & FREITAS JÚNIOR, 2015).

Hoje, no Brasil, coletivos de prostitutas, como o Coletivo Rebu⁶ de Minas Gerais, que faz parte da RedTraSex (Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y Caribe)⁷, defendem que é preciso desmistificar esse local onde a prostituta se encontra. Algumas estão nessa profissão por desejo e escolha e não por uma condição de marginalização que as empurrou para essa vida. Santuzza Souza, trabalhadora sexual, diretora do Coletivo Rebu e representante do Brasil na RedTraSex, durante live com a ativista trans Mari Valentim na plataforma instagram⁸, em 19/08/20, ao falar sobre a regulamentação da profissão de prostituta, afirma que as profissionais só têm a ganhar porque, pelo fato da profissão não ser regulamentada, as prostitutas ficam à mercê da exploração dos donos de bares, hotéis, prostíbulo, casas de massagem e dos cafetões que administram e exploram as mulheres que estão trabalhando nas ruas. Santuzza ainda fala que a regularização proporciona uma maior segurança às trabalhadoras sexuais, seja pela garantia a direitos trabalhistas, seja pela segurança e integridade física, proporcionando um ambiente mais seguro e sadio para se trabalhar.

Outro ponto também importante no que tange à regulamentação da profissão é como as trabalhadoras ficam desprotegidas e impossibilitadas de trabalhar em situações de saúde pública, como foi com a pandemia. Como as prostitutas irão fazer isolamento social se o trabalho delas é em contato com os corpos dos clientes? E, se não puderem trabalhar, como irão sobreviver? Em reportagem ao site UOL, no começo do isolamento, Santuzza Souza, ao abordar a visão que a sociedade tem das prostitutas como vetor de doenças afirma “Já somos vistas como vetor de doenças, e agora também nos olham como responsáveis pela propagação do coronavírus” (SOUZA, 2020)⁹.

Ainda sobre o debate acerca regulamentação dessa profissão, a forma preconceituosa e moralista que a sociedade enxerga a prostituição é um ponto a ser analisado. Amara Moira, travesti, doutora em Letras pela Unicamp e ex-trabalhadora sexual, em seu livro “E se eu fosse puta”, questiona porque a sociedade não vê problemas em uma mulher sair com vários homens “de graça”, mas se ela começar a cobrar, isso

⁶ O Coletivo possui uma página no Instagram, principal fonte de divulgação:

<https://www.instagram.com/coletivorebu/>

⁷ Para acesso: <https://www.redtralsex.org/>;

⁸ Live realizada através do perfil da militante trans Mariana Valentim, disponível em:

<https://www.instagram.com/tv/CEFycoLF5hI/>

⁹ Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/28/nos-somos-invisiveis-trabalhadoras-sexuais-afetadas-pelo-coronavirus.htm>. Acesso em 21 ago 2020.

passa a ser uma questão. Dessa forma, o problema não é manter relações sexuais com vários parceiros e sim cobrar por isso, a questão é entender e aceitar que o ato sexual pode ser um ofício e que a sua prática pode ser um meio de sustento:

Como costumo dizer, todo mundo faz sexo – fora as pessoas assexuais ou as que não fazem por opção. Mas todo mundo que faz, faz ou de graça ou pago. Qual a diferença? Eu sou muito viciosa. Se eu transar com dez homens de graça, então a sociedade não vai ver problema algum nisso, mas se eu começar a cobrar... hum, aí temos um problema. Então a questão é cobrar, é acreditar que aquilo que eu faço vale algum dinheiro, que posso pagar minhas contas com isso (MOIRA, 2018, p.14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que as mulheres percorreram ao longo dos séculos foi sempre marcado por pequenos ganhos e grandes perdas. Já possuíram os direitos sobre seus corpos, sobre o controle da natalidade, sobre sua sexualidade, mas também perderam muito. Perderam suas vidas queimadas como bruxas nas fogueiras, perderam o direito de caminhar sozinhas, de terem seus corpos resguardados e protegidos pelo Estado, de exercerem a profissão que quisessem.

O século XIX é um marco histórico para o local não apenas da mulher, mas também das prostitutas. Seus úteros passaram a ser territórios políticos e transformados em instrumentos de reprodução capitalista. Mulheres precisavam gerar filhos para que novas forças de trabalho fossem criadas e, nesse momento, elas perdem, novamente, o controle da reprodução para o Estado.

É importante que entendamos como a história possui uma relação direta com o estereótipo da mulher e, também da prostituição. E esse imaginário popular em cima da prostituição ainda é muito forte, tanto que o debate sobre a regulamentação da profissão ainda esbarra, para além de uma moralidade, em um discurso, inclusive das feministas, de que essas mulheres recorrem a essa profissão como forma de desespero e não por escolha. Mas grupos de prostitutas que lutam pela regulamentação, como a CUTS (Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais), alegam exatamente o contrário, que muitas mulheres optam por essa profissão como escolha e não única alternativa.

Para finalizar, queremos deixar registrada uma insatisfação no que tange o referencial teórico para essa pesquisa. Gostaríamos de trazer prostitutas acadêmicas como fonte e referencial teórico, mas ainda é muito escassa a produção de prostitutas que falem e escrevam sobre prostituição dentro da Academia. Então, buscamos entrevistas, *lives*, e coletivos que debatem e trabalham os direitos das trabalhadoras sexuais e aproveitamos esse espaço para divulgar alguns grupos, além dos já citados, como o ICRSE (International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe), o Tulipas do Cerrado (Rede de Redução de Danos e Profissionais do Sexo do Distrito Federal e Entorno)¹⁰, a APROSMA (Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão), entre outros.

REFERÊNCIAS

DECLERQ, Marie. “Nós somos invisíveis”: trabalhadoras sexuais são afetadas pela pandemia. UOL Notícias: 29 mar de 2020. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/28/nos-somos-invisiveis-trabalhadoras-sexuais-afetadas-pelo-coronavirus.htm>>. Acesso em 21 ago 2020.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: UNESP, 1995. vol. 35. n. 3. mai-jun 1995. p-20-29. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em 17 de set de 2019;

MACEDO, F. Ferraz. **Da prostituição – Em geral, e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: profilaxia da syphilis**. Rio de Janeiro: Typographia Academia, 1873.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

SILVA, Gabriela Natalia. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**. Matinhos, v.11, n.1, p.15-25, jan/jun, 2018.

SOLNIT, Rebecca. **A história do caminhar**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SOUZA, Santuzza. Live: **Papo com Santuzza Alves**. Instagram: Canal de Mari Valentim, 2020. Disponível em: < <https://www.instagram.com/tv/CEFycoLF5hI/>>. Acesso em 20 ago 2020.

¹⁰ Página oficial no instagram: <https://www.instagram.com/tulipasdocerrado/>